



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 42/2026
Data: 06/02/2026 - Horário: 16:04
Legislativo - REQ 2/2026

REQUERIMENTO Nº 002/2026

AUTORES: DIEGO RAFAEL GRENDENE

Conforme dispõe o Artigo 43 da Lei Orgânica Municipal e o Artigo 108 do Regimento Interno da Câmara Municipal, requer-se ao Prefeito Municipal, Sr. Álvaro Galvan, na forma regimental, que sejam encaminhadas **informações detalhadas acerca dos protocolos adotados pela Secretaria de Saúde junto a Vigilância Sanitária para reverter a interdição do Hospital Municipal de Tapurah-MT.**

Diante do exposto, **requer-se:**

- Cópia dos relatórios técnicos, autos de infração, notificações e demais documentos emitidos pela Vigilância Sanitária que fundamentaram a interdição do Hospital Municipal;
- Relação das não conformidades apontadas pela Vigilância Sanitária, com a respectiva descrição das exigências a serem cumpridas para a liberação da unidade hospitalar;
- Informações sobre as providências já adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento das exigências, especificando as ações executadas, em execução e previstas;
- Cronograma detalhado contendo prazos estimados para a regularização das pendências e consequente desinterdição do Hospital Municipal;
- Esclarecimentos acerca de eventual acompanhamento técnico por parte da Vigilância Sanitária durante o processo de adequação, bem como a previsão de nova vistoria.

O presente requerimento tem por finalidade **acompanhar e fiscalizar as ações adotadas**, garantindo regularidade e transparência, contribuindo para o adequado funcionamento da estrutura administrativa.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Tapurah – MT, 05 de fevereiro de 2026.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Diego Rafael Grendene

Vereador - União

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente requerimento pela necessidade de assegurar o direito da população tapuraense à informação clara e precisa, bem como de viabilizar o efetivo exercício da função fiscalizadora deste Poder Legislativo, permitindo o acompanhamento das ações adotadas pela Administração Municipal. Tal medida visa garantir a transparência dos atos administrativos, a correta aplicação das normas legais e a preservação do interesse público, especialmente no que se refere à regularidade e à continuidade dos serviços de saúde prestados à coletividade.